

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.541 - RJ (2019/0180607-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : DILSON DE ALMEIDA PANISIO (PRESO)  
**ADVOGADO** : RODRIGO BARBOSA DA SILVA - DF035718  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por DILSON DE ALMEIDA PANISIO contra acórdão proferido pela Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no julgamento do HC n. 0024347-34.2019.8.19.0000.

Noticiam os autos que o recorrente foi denunciado como incurso nas sanções do art. 2º, § 3º, da Lei nº 12.850/2013; c/c o art. 155, §4º, incisos II e IV, do Código Penal, por 08 (oito) vezes, nos termos do art. 69, do Código Penal, art. 1º, *caput*, c/c o seu § 4º, da Lei n.º 9.613/1998, por 135 vezes, na forma do art. 71 do Código Penal, todos em concurso material (art. 69 do Código Penal).

Nesta via, o recorrente alega, em síntese, a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do CPP.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Sustenta, outrossim, que não haveria contemporaneidade entre o decreto prisional e os fatos imputados ao acusado, sobretudo considerando-se que os "*supostos crimes não continuaram após o ano de 2017, ou seja, entre a decretação da prisão preventiva do Recorrente e os fatos passaram-se mais de 01 (um ) ou 02 (dois) anos*" (e-STJ fl. 65).

Requer, liminarmente, o provimento do recurso para que possa aguardar em liberdade o julgamento final da irresignação e, no mérito, seja revogada a prisão preventiva, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas, expedindo-se alvará de soltura.

Contrarrazoado o recurso, os autos ascenderam para este Sodalício onde a liminar foi indeferida.

Informações prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* ou pela denegação da ordem.

É o relatório.

Em consulta à página eletrônica desta Corte Superior verifica-se que, na sessão de julgamento realizada no dia 26/11/2019, o pedido de extensão formulado em favor de DILSON DE ALMEIDA PANÍSIO nos autos do HC n. 487.431/RJ, foi deferido para substituir a custódia preventiva do requerente pelas medidas alternativas à prisão previstas no art. 319, I, II, III e IV, do Código de Processo Penal, na ação penal nº 0015823-61.2018.8.19.0007, circunstância que evidencia a perda do objeto da presente

# *Superior Tribunal de Justiça*

insurgência.

Ante o exposto, **julga-se prejudicado** o recurso ordinário, com fulcro no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

**MINISTRO JORGE MUSSI**  
**Relator**